

## Lex

JOÃO MEDEIROS E SAMUEL FERNANDES DE ALMEIDA SÓCIOS FUNDADORES DA MFA LAW

# “Casos como o da queda do Governo provocam perda de credibilidade ao País”

**João Medeiros, penalista, e Samuel Fernandes de Almeida, fiscalista, estão juntos num novo projeto de advocacia, uma boutique que também vai oferecer serviços de gestão integrada do risco.**

JOÃO MALTEZ  
email@negocios.pt

**T**êm décadas de prática ligados a grandes sociedades de advogados, mas decidiram juntar esforços para criar uma pequena 'boutique' especializada nas suas áreas de especialização: penal e fiscal, mas não só. João Medeiros e Samuel Fernandes de Almeida juntaram-se e criaram a MFA Law, onde são respetivamente 'senior partner' e 'managing partner'. Com este projeto, querem também assegurar, com um conjunto de parceiros de outros ramos de atividade, serviços de gestão integrada de risco, para responder as situações de crise que afetem empresas. Um exemplo hipotético desse trabalho seria o processo que esteve na origem da queda do Governo, um caso que, asseguram, pode afastar investidores, devido à "perda de credibilidade do País".

A marca que escolheram para identificar a vossa sociedade - MFA Law - tem uma sonoridade histórica que associamos ao 25 de abril 1974 [Movimento das Forças Armadas (MFA)]. Foi propositado?

Samuel Fernandes de Almeida (SFA) - Foi uma denominação que surgiu por graça, com o aproveitamento dos nossos nomes [Medeiros, Fernandes, Almeida (MFA)]. As gerações mais novas dificilmente farão a ligação da marca ao 25 de abril. Já para quem o faz, a sigla pode ser um motivo de debate. Fica na cabeça das pessoas. Para uma nova marca, isso é importante.

O vosso percurso profissional está ligado a grandes socieda-



João Medeiros (à esquerda) e Samuel Fernandes de Almeida juntaram-se para fundar a boutique especializada

des de advogados. Porquê esta mudança, para um projeto de pequena boutique de advocacia?

João Medeiros (JM) - As nossas razões são diferentes. Em primeiro lugar este projeto avança porque nos damos bem. Consideramos que este projeto faz sentido, porque as nossas áreas de prática são confluentes. Podemos trabalhar em conjunto e atrair clientes que venham da minha área, o direito pe-

nal, para a área do Samuel, o direito fiscal, e vice-versa. Trabalhei 31 anos em sociedades de advogados - 27 na PLMJ e quatro na Vieira de Almeida - e sinto que o futuro do Direito Penal passa por pequenos escritórios de advogados.

Estamos a falar de uma tendência?

JM - A tendência normal da advocacia é que as grandes firmas de advogados fiquem com a parte do

compliance e contraordenacional. Por razões relacionadas com conflitos de interesses, cada vez mais, o futuro do penal passa por pequenas sociedades e por trabalhos preferenciais. Como saímos a bem da Vieira de Almeida e como já trabalho com a Morais Leitão e com a PLMJ há muitos anos, achei que fazia sentido e iria ter menos conflitos de interesses do que acontecesse nas grandes sociedades de advogados.

Sérgio Lemos



MFA Law

### Está em curso uma mudança de fundo no mercado dos serviços jurídicos?

**SFA** - Acredito que o mercado português vai sofrer nos próximos anos alterações significativas e creio que as próprias empresas e os clientes individuais procurarão para determinadas áreas de especialização equipas com maior proximidade e elevada senioridade. A nossa ideia foi transpor a experiência que temos em termos de organização e da cultura profissional dos grandes escritórios, para um escritório muito focado nas nossas áreas de prática – até porque existe o perigo de se intensificarem os grandes litígios – e também com uma oferta direcionada para a gestão integrada do risco.

### O que é isso da chamada gestão integrada de risco?

**SFA** - Nas situações em que ocorre um raide de uma autoridade pública – seja a ASAE, a Autoridade da Concorrência, a Autoridade Tributária, a Polícia Judiciária ou o Ministério Público –, falamos de momentos particularmente disruptivos para o funcionamento das empresas. Por muito que haja algumas destas áreas de risco abordadas em termos de políticas internas, concluímos que, num momento de crise, poucas empresas estão preparadas para responder.

### Por isso recorrem a entidades externas.

**SFA** - Tendencialmente contratam um advogado, consultores de comunicação empresarial, pessoas para a área da cibersegurança... Aquilo que nos propomos fazer é uma oferta com parceiros, com

quem já temos acordo feito, embora não podemos ainda divulgar quem são. Teremos uma equipa única que em caso de crise está em condições de reagir em todas as diversas vertentes que uma intervenção mais musculada de uma entidade pública possa ter.

### Na prática vão oferecer um pacote de serviços. É isso?

**JM** - É isso! Tenho participado em épocas dramáticas nas empresas, em questões como ataques de cariz cibernético, questões associadas a crimes ambientais, mesmo questões de natureza reputacional. Basta pensar-se nos ataques à EDP, nos ataques aos emails do Benfica, na questão dos abusos sexuais na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Tipicamente, numa situação dessas, os responsáveis dessas organizações saem claramente daquilo que é a realidade da sua atuação diária.

### Oferecem um serviço para os deixar trabalhar?

**JM** - A nossa ideia foi rodear-nos de um leque de assessores de enormíssima qualidade, criarmos procedimentos com esses nossos parceiros, para que possamos chegar nas primeiras 24 horas a essas empresas objeto de interrupção e dizer-lhes: 'meus caros amigos, vocês concentrem-se naquilo que sabem fazer, que é gerir a vossa organização, que nós tratamos da crise em todas as componentes'.

### E passam a gerir a crise?

**JM** - Tratamos do ponto de vista da comunicação, do ponto de vista do diagnóstico – no caso de um ataque cibernético – dos es-

tragos que foram feitos, das medidas a propor, da parte do direito fiscal, da parte da contabilidade, da parte do direito criminal; e fazemos a articulação com as variadíssimas entidades.

### Foi referido o risco de se intensificarem os grandes litígios. O que é que está em causa?

**SFA** - Temos uma diretiva europeia que permite aquilo que hoje não existe ainda, mas que não tardará a ser implementado, que é a legislação que permite a realização de inspeções tributárias multijurisdicional, em que diversas autoridades tributárias poderão a fazerem inspeções em simultâneo em várias jurisdições. Isso pode ter várias implicações, mas não só fiscais.

**JM** - Coisa, aliás, que já existe do ponto de vista criminal. Basta pensar-se no caso da Altice, que tem repercussões aqui, em França, nos Estados Unidos, na República Dominicana, na Polónia, é um caso específico de repercussões multinacional.

### Casos como o da Altice ou o que levou à queda do Governo,

### como é que são encarados a nível externo, por parte dos investidores?

**JM** - Provocam uma enorme perda de credibilidade do País. A perceção é de que há corrupção por todo o lado, pelo que não estão para envolver-se. Basta pensar na empresa que vai instalar o centro de dados, em que é que os investidores estarão a pensar neste momento. Tem em curso um investimento estratégico e agora estão metidos numa camisa de sete varas.

### Pode afastar investimento?

**SFA** - Diria que há duas vertentes diferentes. Por um lado, episódios como o da Altice, não creio que afete a imagem globalmente do País. Causa dano reputacional para o grupo, mas isso pode acontecer com todos os grupos empresariais. Questão diversa é o que se está a passar com a crise que estamos a viver no País. Um dos poucos trunfos que tínhamos era alguma estabilidade política. Junta-se o facto de passarmos mensagens erradas, como o revogar, pelo Orçamento, do regime do rendimento não habitual, depois de termos acabado, há pouco tempo, com os chamados 'golden visa'.

### É um conjunto de situações que cria incerteza?

**SFA** - Este conjunto de mensagens sucessivas é negativo. Há demasiada incerteza pelo que a tendência tem sido de desistir. Tudo isto é difícil de explicar a um investidor estrangeiro, porque não estão habituados a viver neste quadro de incerteza. Nos próximos anos iremos pagar um preço económico por isso, certamente. ■



**Devido aos conflitos de interesses, cada vez mais, o futuro do penal passa por pequenas sociedades de advogados.**



**Um dos poucos trunfos que tínhamos era alguma estabilidade política. [... A crise] trouxe demasiada incerteza.**